

SEMÂNTICA DO OBJETO

Gostaria de apresentar-lhes algumas reflexões sobre o objeto em nossa civilização, que se chama comumente de civilização técnica; gostaria de colocar essas reflexões no âmbito de uma pesquisa que hoje se desenvolve em vários países sob o nome de semiologia ou ciência dos signos. A semiologia ou, como se diz em inglês, *semiotics*, foi postulada já há cerca de uns cinqüenta anos pelo grande linguísta genebrino Ferdinand de Saussure, que havia previsto que a linguística um dia não seria mais que um departamento de uma ciência, muito mais geral, dos signos, que ele chamava precisamente de semiologia. Ora, esse projeto semiológico recebeu, de alguns anos para cá, uma atualidade, uma força nova, porque outras ciências, outras disciplinas anexas se desenvolveram consideravelmente, e em particular a teoria da informação, a linguística estrutural, a lógica formal e certas pesquisas de antropologia; todas essas pesquisas concorrem para colocar em primeiro plano a preocupação de uma disciplina semiológica que estudasse como os homens dão sentido às coisas. Até o presente momento, uma ciência estudou como os homens dão sentido aos sons articulados: é a lin-

güística. Mas como os homens dão sentido às coisas que não são sons? É essa exploração que permanece ativamente como preocupação dos pesquisadores. Se ela ainda não deu passos decisivos, é por várias razões; primeiro porque só se estudaram, neste plano, códigos extremamente rudimentares, que não são de interesse sociológico, como, por exemplo, o código de trânsito; em seguida, porque tudo que significa no mundo está sempre, em maior ou menor grau, misturado com linguagem: nunca se têm sistemas significantes de objetos em estado puro; a linguagem intervem sempre, como polia de transmissão, principalmente nos sistemas de imagens, como títulos, legendas, artigos; é por isso que não é correto dizer que estamos exclusivamente na civilização da imagem. É então nesse quadro geral de uma pesquisa semiológica que eu gostaria de lhes apresentar algumas reflexões, rápidas e sumárias, sobre a maneira como os objetos podem significar no mundo contemporâneo. E aqui quero precisar imediatamente que atribuo um sentido muito forte à palavra *significar*; não se deve confundir *significar* e *comunicar*: *significar* quer dizer que os objetos não veiculam apenas informações, caso em que eles comunicariam, mas constituem também sistemas estruturados de signos, isto é, essencialmente sistemas de diferenças, oposições e contrastes.

E em primeiro lugar, como definiremos os objetos (antes de ver como podem significar)? Os dicionários dão definições vagas do objeto: o objeto é aquilo que se oferece à vista, é aquilo que é pensado com relação ao sujeito que pensa, enfim, como diz a maioria dos dicionários, o objeto é *alguma coisa*, definição que não nos ensina nada, a menos que tenhamos ver quais são as conotações da palavra *objeto*. Quanto a mim, eu veria dois grandes grupos de conotações; de início, um primeiro grupo constituído por aquilo que eu chamaria de conotações existenciais do objeto. O objeto, muito rapidamente, torna a nossos olhos a aparência ou a existên-

cia de algo que é inumano, que teima em existir, um pouco contra o homem; nesta perspectiva, há numerosos desenvolvimentos, numerosos tratamentos literários do objeto: em *La nauvée* [*A nauvée*] de Sartre, páginas célebres são dedicadas a essa espécie de insistência do objeto em estar fora do homem, em existir fora do homem, provocando um sentimento de náusea do narrador diante dos troncos de árvore num jardim público, ou de sua própria mão. Em outro estilo, o teatro de Ionesco faz-nos assistir a uma espécie de profanação extraordinária dos objetos: os objetos invadem o homem, que não pode se defender e que fica, de certo modo, asfixiado por eles. Há também um tratamento mais estético do objeto, apresentado como: contendo uma espécie de essência a ser reconstruída, e é esse tratamento que se encontra quer nos pintores de naturezas-mortas, quer no cinema de alguns diretores, cujo estilo consiste exatamente em refletir sobre o objeto (estou pensando em Bresson); no que se costuma chamar de Novo Romance, há também um tratamento particular do objeto, descrito com precisão em sua estrita aparência. Nessa direção, vemos pois que há sempre uma escapada do objeto em direção do infinitamente subjetivo; e por isso mesmo, basicamente, todas essas obras tendem a mostrar que o objeto desenvolve para o homem uma espécie de absurdo, e que ele tem de algum modo o sentido de um contra-senso; ele está presente para dizer que não tem sentido; assim, mesmo sob essa perspectiva, encontramos-nos num clima de algum modo semântico. Há também outro grupo de conotações sobre as quais me apoiarei na sequência de minha exposição: são as conotações "tecnológicas" do objeto. O objeto se define então como o que é fabricado; é a matéria acabada, estandarizada, formada e normalizada; isto é, submetida a normas de fabricação e de qualidade; o objeto é então definido principalmente como um elemento de consumo: certa idéia do objeto é reproduzida em milhões

de exemplares no mundo, em milhões de cópias: um telefone, um relógio, um bibelô, um prato, um móvel, uma caneta são verdadeiramente aquilo que chamamos correntemente de objetos; o objeto não mais escapa em direção do infinitamente subjetivo, mas em direção do infinitamente social. É desta última concepção de objeto que eu gostaria de partir.

Geralmente definimos o objeto como "alguma coisa que serve para alguma coisa". O objeto fica, por conseguinte, à primeira vista, inteiramente absorvido numa finalidade de uso, naquilo que chamamos de função. E, pelo fato mesmo, há, espontaneamente sentida por nós, uma espécie de transitividade do objeto: o objeto é o homem agindo sobre o mundo, modificando o mundo, estando no mundo de maneira ativa; o objeto é uma espécie de mediação entre a ação e o homem. Poderíamos observar neste momento, aliás, que não há, por assim dizer, objeto *para nada*; existem por certo objetos apresentados sob a forma de bibelôs inúteis, mas esses bibelôs têm sempre uma finalidade estética. O paradoxo que eu queria apontar é que esses objetos que têm sempre, em princípio, uma função, uma utilidade, um uso, nós achamos que os vivemos como instrumentos puros, quando de fato veiculam outras coisas, são também outra coisa: veiculam sentido; noutras palavras, o objeto serve efetivamente para alguma coisa, mas serve também para comunicar informações; o que poderíamos resumir numa frase, dizendo que sempre há um sentido que transborda do uso do objeto. Pode-se imaginar um objeto mais funcional do que um telefone? Entretanto, a aparência de um telefone sempre teve um sentido independente de sua função: um telefone branco transmite certa idéia de luxo ou de feminilidade; existem telefones burocráticos, telefones fora de moda, que transmitem a idéia de certa época (1925); enfim, o telefone em si é suscetível de fazer parte de um sistema de objetos-signos; da mesma forma, uma caneta alardeia necessariamente certo

sentido de riqueza, de simplicidade, de seriedade, de fantasia etc.; os pratos, nos quais comemos, têm também sempre um sentido e, quando não têm, quando fingem não ter, pois bem, acabam por ter o sentido de não ter sentido nenhum. Por conseguinte, não há nenhum objeto que escape do sentido.

Quando é que se produz essa espécie de semantização do objeto? Quando começa a significação do objeto? Estaria tentado a dizer que isso se produz logo que o objeto é produzido e consumido por uma sociedade de homens, logo que ele é fabricado, normalizado; aqui abundariam os exemplos históricos; por exemplo, sabemos que os antigos soldados da república romana costumavam jogar sobre os ombros uma coberta para proteger-se da chuva, das intempéries, do vento, do frio; naquele momento, evidentemente, essa roupa como objeto não existia ainda, não tinha nome, não tinha sentido; estava reduzida a um simples uso; mas a partir do dia em que se cortaram cobertas, em que foram tratadas em série, em que lhes deram uma forma padronizada, em que encontraram um nome para elas, essa vestimenta sem nome passou a ser a "pênula", nesse momento essa vaga coberta passou a ser o veículo de um sentido que foi "militarizado". Todos os objetos que fazem parte de uma sociedade têm um sentido; para encontrar objetos privados de sentido, seria preciso imaginar objetos perfeitamente improvisados; ora, a bem dizer, eles não existem; uma página célebre de Cl. Lévi-Strauss em *La pensée sauvage* diz-nos que a bugiganga, a invenção do objeto por um bugigangueiro, por um amador, é, ela própria, busca e imposição de um sentido ao objeto; para encontrar objetos absolutamente improvisados, seria preciso chegar a estados completamente associats; pode-se imaginar que um maltrapilho, por exemplo, ao improvisar calçados com papel de jornal, produz um objeto perfeitamente livre; mas nem mesmo isso é; bem depressa esse papel de jornal se tornará exatamente o *signo* do maltrapilho. Em suma,

a função de um objeto torna-se sempre, pelo menos, o próprio signo dessa função: nunca há objetos, em nossa sociedade, sem uma espécie de suplemento de função, uma ligeira ênfase que faz com que os objetos pelo menos se signifiquem sempre a si mesmos. Por exemplo, por mais que eu precise realmente telefonar e para isso precise ter um telefone em cima da minha mesa, isso não impede que, aos olhos de certas pessoas que virão me visitar, que não me conhecem muito bem, esse telefone funcione como um signo, o signo de que eu sou um homem que precisa ter contatos em sua profissão; e mesmo esse copo de água, que realmente usei, porque estava realmente com sede, pois bem, apesar de tudo, não posso fazer nada para impedir que ele funcione como o signo mesmo do conferencista.

Como qualquer signo, o objeto está na encruzilhada de duas coordenadas, de duas definições. A primeira dessas coordenadas é aquilo que eu chamaria de uma coordenada simbólica: todo objeto tem, se assim se puder dizer, uma profundidade metafórica, remete a um *significado*; o objeto sempre tem pelo menos um significado. Tenho uma série de imagens: são imagens tiradas da publicidade: você vê que ali há um abajur, e compreendemos de imediato que esse abajur significa a noite, o noturno, mais exatamente; se você tem uma publicidade para as massas italianas (falo de uma publicidade francesa), é evidente que o tricolor (verde amarelo e vermelho) funciona como o signo de certa italianidade; portanto, primeira coordenada, a coordenada simbólica, constituída pelo fato de que todo objeto é pelo menos o significante de um significado. A segunda coordenada é aquilo que eu chamaria de coordenada de classificação, ou coordenada taxinômica (a taxinomia é a ciência da classificação); não vivemos sem ter em nós, mais ou menos conscientemente, certa classificação dos objetos, que nos é imposta ou sugerida por nossa sociedade. Essas classificações de objetos

são importantíssimas nas grandes empresas, ou nas grandes indústrias, onde se trata de saber como classificar todas as peças, todos os paraísos de uma máquina nos depósitos, e onde é preciso, portanto, adotar critérios de classificação; existe outra ordem de fatos em que a classificação dos objetos é muito importante, e é uma ordem muito cotidiana: é a loja de departamentos; na loja de departamentos, há também certa idéia de classificação dos objetos, e essa idéia, evidentemente, não é gratuita, comporta certa responsabilidade; outro exemplo da importância da classificação dos objetos é a enciclopédia; a partir do momento em que se queira fazer uma enciclopédia, se não se optar pela classificação das palavras por ordem alfabética, está-se obrigado a adotar uma classificação dos objetos.

Uma vez assim estabelecido que o objeto é sempre um signo, definido por duas coordenadas, uma coordenada profunda, simbólica, e uma coordenada extensa, de classificação, gostaria de dizer agora algumas palavras sobre o sistema semântico dos objetos propriamente dito; serão observações prospectivas, pois de fato a pesquisa ainda está por fazer de modo sério. Existe, de fato, um enorme obstáculo ao estudo do sentido dos objetos, e a esse obstáculo chamarei obstáculo da evidência: se devemos estudar o sentido dos objetos, devemos dar a nós mesmos uma espécie de sacudida, de afastamento, para objetivar o objeto, estruturar a sua significação: para isso, há um meio que todo semantista do objeto pode empregar, e que consiste em recorrer a uma ordem de representações em que o objeto fica entregue ao homem de um modo ao mesmo tempo espetacular, enfático e intencional, que à a publicidade, o cinema ou ainda o teatro. Para os objetos tratados pelo teatro, lembrarei que há indicações preciosas, de uma extrema riqueza de inteligência, nos comentários de Brecht sobre certo número de encenações; o comentário mais famoso concerne à encenação de *Mãe Coragem*, em

que Brecht explica muito bem o tratamento longo e complicado a que é preciso submeter certos objetos da encenação para fazê-los significar tal conceito; pois a lei do teatro é que não basta que o objeto representado seja real, é preciso também que o sentido seja de algum modo destacado da realidade: não basta apresentar ao público uma roupa de taverneira realmente usada para que signifique a usura; é preciso que você invente, você, o diretor, os signos da usura.

Se, pois, se recorresse a esses tipos de *corpus* bastante artificiais, mas muito preciosos, como o teatro, o cinema e a publicidade, poder-se-ia então isolar, no objeto representado, significantes e significados. Os significantes do objeto são naturalmente unidades materiais, como todos os significantes de qualquer sistema de signos, isto é, das cores, das formas, dos atributos, dos acessórios. Indicarei aqui dois estados principais do significante, por ordem crescente de complexidade.

Primeiro, um estado puramente simbólico: é o que acontece, como já disse, quando um significante, isto é, um objeto, remete a um único significado; é o caso dos grandes símbolos antropológicos, como a cruz, por exemplo, ou o crescente, e é provável que a humanidade disponha neste caso de uma reserva finita de grandes objetos simbólicos, reserva antropológica, ou pelo menos muito amplamente histórica, que depende, portanto, de uma espécie de ciência, ou, em todo caso, de disciplina que se poderia chamar a *simbólica*; essa simbólica foi, em geral, muito bem estudada pelas sociedades passadas, através de obras de arte que a põem em prática; mas será que nós a estudamos realmente, ou será que nos dispomos a estudá-la na nossa sociedade atual? Caberia perguntar-se o que resta desses grandes símbolos numa sociedade tecnicista como a nossa; será que esses grandes símbolos desapareceram, ou se transformaram, ou se ocultaram? São questões que poderíamos levantar para

nós mesmos. Penso, por exemplo, numa propaganda que se vê às vezes nas estradas francesas. É a propaganda de uma marca de caminhões; é um exemplo bastante interessante porque o publicitário que concebeu essa tabuleta fez má publicidade, exatamente porque não pensou o problema em termos de signos; querendo indicar que os caminhões duravam muito, apresentou a palma de uma mão barrada com uma espécie de cruz; para ele, tratava-se de indicar a linha da vida do caminhão; mas estou persuadido de que, em função das regras mesmas da simbólica, a cruz na mão é sentida como o símbolo da morte: mesmo na ordem prosaica da publicidade, seria preciso procurar a organização dessa antiquíssima simbólica.

Outro caso de relação simples — continuamos na relação simbólica entre o objeto e um significado —, é o caso de todas as relações *deslocadas*: entendo com isso que um objeto captado em sua totalidade, ou, se se tratar de publicidade, dado em sua totalidade, só significa, entretanto, por um de seus atributos. Tenho muitos exemplos: uma laranja, embora representada inteira, só significará a qualidade do *suculentto* e que *mata a sede*: é o *suculentto* que é significado pela representação do objeto, não é todo o objeto: existe pois um deslocamento do signo. Quando se representa uma cerveja, não é essencialmente a cerveja que constitui a mensagem, é o fato de ela estar gelada: há também neste caso deslocamento. É o que se poderia chamar de deslocamento de metafórico, mas por metonímia, isto é, por deslizamento de sentido. Esses tipos de significações metonímicas são extremamente frequentes no mundo dos objetos; é um mecanismo importantíssimo por certo, pois o elemento significante é então ao mesmo tempo perceptível — recebemo-lo de modo perfeitamente claro — e, no entanto, de algum modo mergulhado naturalizado naquilo que se poderia chamar de o *ser-ai* do objeto. Chega-se assim a uma espécie de definição para-

doxal do objeto: uma laranja é, nesse modo enfático da publicidade, o *suavulento mais a laranja*; a laranja está sempre presente como objeto natural para sustentar uma de suas qualidades que se torna o seu signo.

Depois da relação puramente simbólica, há que se examinar todas as significações que estão ligadas a coleções de objetos, a pluralidades organizadas de objetos; são os casos em que o sentido não nasce de um objeto, mas de um agrupamento inteligível de objetos: o sentido fica de algum modo estendido. É preciso tomar cuidado, aqui, para não comparar o objeto com a palavra em lingüística, e a coleção de objetos com a frase; seria uma comparação inexacta, porque o objeto isolado já é uma frase; é uma questão que está agora bem elucidada pelos lingüistas: a questão das *palavras-frases*; quando você vê, no cinema, um revólver, o revólver não é o equivalente da palavra com relação a um conjunto mais amplo; o revólver é por si uma frase, uma frase muito simples evidentemente, cujo equivalente lingüístico seria: *eis aqui um revólver*. Noutras palavras, o objeto nunca está — no mundo em que vivemos — no estado de elemento de uma nomenclatura. As coleções significantes de objetos são numerosas, principalmente na publicidade. Mostrei o homem que está lendo à noite: existem nessa imagem quatro ou cinco objetos significantes, que concorrem para fazer passar um sentido global único, o de distensão, de repouso: há o abajur, há o conforto do suéter de lã grossa, há a poltrona de couro, há o jornal; jornal não é livro, não é tão sério, é distração: tudo isso quer dizer que se pode tomar tranquilamente um café, à noite, sem se enervar. Esses agrupamentos de objetos são *sinégramas*, quer dizer, fragmentos estendidos de signos. A sintaxe dos objetos é, evidentemente, uma sintaxe extremamente elementar. Quando se colocam objetos juntos, não se lhes pode atribuir coordenações tão complicadas quanto na linguagem humana. Na realidade, os obje-

tos — sejam os objetos de figuras, ou objetos reais de um ambiente, ou de uma rua — só estão ligados por uma única forma de conexão, que é a parataxe, isto é, a justaposição pura e simples de elementos. Essa espécie de parataxe dos objetos é extremamente freqüente na vida: é o regime a que estão submetidos, por exemplo, todos os móveis de um ambiente. O mobiliário de um ambiente concorre para um sentido final (para um “estilo”) unicamente por justaposição de elementos. Veja-se um exemplo: trata-se de uma propaganda para uma marca de chá; é preciso significar não a Inglaterra, pois as coisas são mais suítes, mas a *anglicidade* ou a *britanicidade*, se assim posso dizer, isto é, uma espécie de identidade enfática do inglês: tem-se pois, neste caso, mediante um sintagma minuciosamente composto, a persiana das casas coloniais, a roupa do homem, o bigode, o gosto típico dos ingleses pela marinha e pelo hipismo, que está ali, naqueles navios-bibelôs, naqueles cavalos de bronze e, finalmente, lenos espontaneamente nessa imagem, unicamente pela justaposição de certo número de objetos, um significado extremamente forte, que é justamente essa anglicidade de que eu falava.

Quais são os significados desses sistemas de objetos, quais são as informações transmitidas pelos objetos? Aqui, só se pode dar uma resposta ambígua, pois os significados dos objetos dependem muito não do emissor da mensagem, mas do receptor, isto é, do leitor do objeto. Com efeito, o objeto é polissêmico, quer dizer, oferece-se facilmente a várias leituras de sentido: diante de um objeto há quase sempre várias leituras que são possíveis, e isso não apenas de um leitor para outro, mas também, às vezes, no interior de um mesmo leitor. Noutras palavras, cada homem tem em si, por assim dizer, vários léxicos, várias reservas de leitura, segundo o número de saberes, de níveis culturais de que dispõe. Todos esses graus de saber, de cultura e de situação são possíveis

diante de um objeto e de uma coleção de objetos. Pode-se até imaginar que, diante de um objeto ou de uma coleção de objetos, tenhamos uma leitura propriamente individual, que invés de nos espetáculo do objeto aquilo que se poderia chamar de nossa própria *psiquê*: sabemos que o objeto pode suscitar em nós leituras de nível psicanalítico. Isso não invalida a natureza sistemática, a natureza codificada do objeto. Sabemos que, mesmo quando descemos ao mais fundo do individual, nem por isso se escapa do sentido. Se se propuser o teste de Rorschach a milhares de indivíduos, chega-se a uma tipologia muito estrita das respostas: quanto mais se pensa estar descendo na reação individual, mais se encontram sentidos de algum modo simples e codificados: seja qual for o nível em que nos coloquemos, nessa operação de leitura do objeto, verificamos que o sentido atravessa sempre de fora a fora o homem e o objeto.

Existem objetos fora do sentido, isto é, casos limites? Não creio. Um objeto não significativo, desde que seja assumido por uma sociedade — e não vejo como ele poderia deixar de sê-lo —, funciona pelo menos como o signo do insignificante, ele significa como insignificante. É um caso que se pode observar no cinema: pode-se encontrar diretores cuja arte toda consiste em sugerir, pelos próprios motivos do argumento, objetos insignificantes; mesmo o objeto insólito não está fora do sentido; ele faz com que se procure o sentido: existem objetos diante dos quais nos perguntamos: *que é isso?* Essa é uma forma ligeiramente traumática, mas essa inquietação finalmente dura pouco, os objetos fornecem por si mesmos certa resposta, e por esse fato mesmo, certa tranquilidade. De modo geral, em nossa sociedade, não há objetos que não acabem por fornecer um sentido e reintegrar-se no grande código dos objetos no qual vivemos.

Operamos uma espécie de decomposição ideal do objeto. Num primeiro tempo (sendo tudo isso meramente opera-

cional), verificamos que o objeto se apresenta sempre a nós como útil, funcional: é apenas um uso, um mediador entre o homem e o mundo: o telefone serve para telefonar, a laranja para as pessoas se alimentarem. Depois, num segundo tempo, vimos que, na realidade, a função suporta sempre um sentido. O telefone indica certo modo de atividade no mundo, a laranja significa a vitamina, o suco vitamínado. Ora, sabemos que o sentido é um processo não de ação, mas de equivalências; noutras palavras, o sentido não tem um valor transitivo; o sentido é de certo modo inerte, imóvel; pode-se então dizer que há no objeto uma espécie de luta entre a atividade de sua função e a inatividade de sua significação. O sentido desativa o objeto, torna-o intransitivo, determina-lhe um lugar fixo naquilo que se poderia chamar de quadro vivo do imaginário humano. Esses dois tempos, a meu ver, não são suficientes para explicar o trajeto do objeto; acrescentarei um terceiro: é o momento em que se produz uma espécie de movimento de retorno que vai trazer de volta o objeto do signo para a função; de maneira entretanto algo particular. Com efeito, os objetos não nos dão de maneira franca, declarada, esse sentido que possuem. Quando lemos uma tabuleta do código de trânsito, recebemos uma mensagem absolutamente clara; essa mensagem não faz o jogo da não-mensagem, dá-se verdadeiramente como uma mensagem. Da mesma forma, quando lemos letras impressas, temos a consciência de captar uma mensagem. Inversamente, o objeto que nos sugere um sentido continua entretanto a nossos olhos um objeto funcional: o objeto parece sempre funcional mesmo no momento em que o lemos como um signo. Pensamos que uma capa de chuva serve para proteger da chuva mesmo quando a lemos como o *signo* de uma situação atmosférica. Esta última transformação do signo em função utópica, irreal (a Moda pode propor capas de chuva que não poderiam absolutamente proteger da chuva), é, creio eu, um grande fato ideo-

lógico, principalmente em nossa sociedade. O sentido é sempre um fato de cultura, um produto da cultura; ora, em nossa sociedade, esse fato de cultura é continuamente naturalizado, transformado em natureza pela palavra, que nos faz acreditar numa situação puramente transitiva do objeto. Acreditamos estar num mundo prático de usos, de funções, de domesticação total do objeto, e na realidade estamos também, pelos objetos, num mundo do sentido, das razões, dos álbiis: a função faz nascer o signo, mas esse signo é transformado no espetáculo de uma função. Acredito que é justamente essa transformação da cultura em pseudo-natureza que pode definir a ideologia da nossa sociedade.

Conferência pronunciada em setembro de 1964 na fundação Cini, em Veneza, no âmbito de um colóquio sobre "A arte e a cultura na civilização contemporânea".

Publicada no volume

Arte e cultura

nella civiltà contemporanea, organizado por

Piero Nardi. © Sansoni, Florença, 1966.

SEMIOLOGIA E URBANISMO

O assunto desta palestra refere-se a certo número de problemas de semiologia urbana.

Mas devo acrescentar que quem quisesse esboçar uma semiologia da cidade deveria ser ao mesmo tempo semiólogo (especialista dos signos), geógrafo, historiador, urbanista, arquiteto e provavelmente psicanalista. Já que é evidente não ser esse o meu caso — na verdade não sou nenhuma dessas coisas, a não ser semiólogo, e mesmo isso mal chego a ser —, as reflexões que vou apresentar-lhes são reflexões de amador, no sentido etimológico da palavra: amador de signos, aquele que ama os signos, amador de cidades, aquele que ama a cidade. Pois eu amo a cidade e os signos. E esse duplo amor (que provavelmente só faz um) me leva a acreditar, talvez com alguma presunção, na possibilidade de uma semiótica da cidade. Em que condições, ou melhor, com que precauções e com que preliminares uma semiologia urbana será possível?

É esse o tema das reflexões que vou apresentar. Gostaria antes de mais nada de lembrar uma coisa muito conhecida que servirá de ponto de partida: o espaço humano em